

IC - Inquérito Civil n. 06.2020.00003376-5.

**MINUTA**

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e **ROGERIO ANTONIO FELIPPE**, brasileiro, casado, administrador, filho de Aldo Felipe e Maria Padoin Felipe, portador do RG n. 5R778094/SC, inscrito no CPF n. 344.625.549-49, residente e domiciliado na Rua Antonio Carlos Ferreira n. 196, apto 601, Bairro Agrônômica, Município de Florianópolis/SC, devidamente advertido de seus direitos constitucionais, observadas as disposições do art. 25 do Ato 395/2018/PGJ, e:

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição Federal).

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição Federal)

**CONSIDERANDO** que de acordo com o art. 225, §3º, da Constituição Federal, *as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os*

*danos causados;*

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 3º, III, da Lei n. 6.938/81, poluição é toda degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

**CONSIDERANDO** que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativas, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (art. 3º da Lei 12.651/2012)

**CONSIDERANDO** que foi constatada a supressão, pelo compromissário, de 20.598m<sup>2</sup> de vegetação nativa secundária do Bioma Mata Atlântica, conforme Relatório de Fiscalização n. 129/2020-CODAM TUBARÃO<sup>1</sup>;

### **RESOLVEM**

Firmar o presente Termo de Ajustamento de Condutas, nos seguintes termos:

### **1 DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** O presente termo de ajustamento de condutas tem por objeto o fato referente à intervenção em imóvel rural situado na Estrada Geral de Azambuja, Município de Pedras Grandes, nesta Comarca, próximo ao Mercado São Carlos, no terreno de propriedade de Rogério

<sup>1</sup> p. 63-65

Antonio Felipe, consistente na supressão de 20.598m<sup>2</sup> de vegetação nativa secundária do Bioma Mata Atlântica, em estágio médio de regeneração, conforme se extrai do Relatório de Fiscalização n. 129/2020-CODAM TUBARÃO<sup>2</sup>.

## **2 DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA**

**Cláusula 2ª:** O COMPROMISSÁRIO obriga-se a:

(I) elaborar e protocolar, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da homologação deste acordo, no órgão ambiental competente, Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, que deverá abranger toda a área afetada e descrita no Relatório de Fiscalização n. 129/2020-CODAM TUBARÃO do IMA/SC e Auto de Infração Ambiental n. 13556-D;

(II) dar início às obras referidas no PRAD no prazo de 10 (dez) dias, contados da aprovação deste pelo órgão ambiental;

(III) realizar e concluir o plano de recuperação de área degradada - PRAD, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da sua aprovação pelo IMA, comprovando-se a execução de forma documental, sem prejuízo de vistoria realizada pelo órgão ambiental;

## **3 DAS CONSEQUÊNCIAS DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO:**

**Cláusula 3ª:** Havendo o descumprimento das cláusulas anteriores, o compromissário ficará obrigada ao pagamento da multa no valor de R\$ 10.000.00 (dez mil reais), para cada item descumprido, podendo ser cumulativo, que será revertida em favor do Fundo para a Reconstituição dos

<sup>2</sup> p. 63-65

Bens Lesados – FRBL, além da possibilidade da judicialização da execução da obrigação de fazer, com fixação de multa pelo juízo competente.

Parágrafo 1º: o valores pactuados como multas previstas pelo descumprimento serão atualizados monetariamente pelos índices da Corregedoria Geral da Justiça<sup>3</sup> e juros moratórios de 1% ao mês para fins de protesto, execução judicial e/ou pagamento fora do prazo. Como dia inicial da mora e para aplicação dos índices de correção e juros, será considerado o primeiro dia após o vencimento dos prazos pactuados nas cláusulas ou, quando houver, da notificação expedida pelo Ministério Público e não atendida, solicitando a comprovação do cumprimento das obrigações.

#### **4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 4ª:** O Ministério Público Estadual compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de natureza cível contra o compromissário, com referência ao ajustado, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de condutas;

**Cláusula 5ª:** O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, §6º da Lei n. 7.347/85.

Tubarão, 30 de março de 2022.

[assinado digitalmente]

CRISTINE ANGULSKI DA LUZ

Promotora de Justiça

ROGERIO ANTONIO FELIPPE

Compromissário

<sup>3</sup> <https://www.tjsc.jus.br/web/corregedoria-geral-da-justica/atualizacao-monetaria>